

# MODERNIDADE E RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA<sup>1</sup>

aproximações entre Denise Ferreira da Silva e Lima Barreto

## MODERNITY AND RACISM IN THE CONSTRUCTION OF THE BRAZILIAN NATION

approaches between Denise Ferreira da Silva and Lima Barreto

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i1.52555>

Joaquim Barbosa dos Santos Júnior  
Universidade de Brasília

<http://lattes.cnpq.br/2909257967764834>

<https://orcid.org/0009-0007-5456-2710>

[joaquim.barbosa94@gmail.com](mailto:joaquim.barbosa94@gmail.com)

Mestrado em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, onde desenvolvo pesquisa sobre as relações entre racialidade e nacionalidade. Graduação em Direito pela mesma instituição. Bolsista CAPES nível mestrado.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Este texto parte da perspectiva apresentada por Denise Ferreira da Silva na obra “Homo Modernus – para uma ideia global de raça”. Ao longo da obra a autora tece as maneiras pelas quais os dois principais descritores ontoepistemológico da modernidade, universalidade e historicidade, autorizam a instauração de um texto nacional brasileiro que, a despeito de uma aparência democrática, lança vidas negras ao extermínio ou ao engolfamento. A missigenação passa a ser valorizada pois alimenta-se apenas de fragmentos de culturas “primitivas” a serem sintetizadas por uma futura nação purificada. Purificação viabilizada, segundo Freyre, por uma peculiaridade do desejo sexual do homem português. Este texto aposta que este diagnóstico nos permite revisitar e recolocar algumas questões elaboradas por Lima Barreto ao longo de sua carreira, observada desde seu ímpeto produtivo de juventude que prometia escrever a “História da escravidão negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”.

**Palavras-chave:** Lima Barreto. Denise Ferreira da Silva. Nacionalidade. Racismo. Patriarcado.

## ABSTRACT

This text is based on the perspective presented by Denise Ferreira da Silva in “towards a global idea of race”. Throughout the book, the author weaves together the ways in which the two main onto-epistemological descriptors of modernity, universality and historicity, authorize the establishment of a Brazilian national text which, despite its seemingly democratic appearance, throws black lives into extermination or engulfment. Miscegenation is valued because it feeds only on fragments of “primitive” cultures to be synthesized by a future purified nation. Purification made possible, according to Freyre, by a peculiarity of the Portuguese man’s sexual desire. This text bets that this diagnosis allows us to revisit and relocate some of the questions Lima Barreto elaborated throughout his career, observed since his productive youthful impetus that promised to write “the History of black slavery in Brazil and its influence on our nationality”.

**Keywords:** Lima Barreto. Denise Ferreira da Silva. Nationality. Racism. Patriarchy.

## Apresentação

*Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da escravidão negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade. Nasci em segunda-feira, 13 de maio de 1888*  
(Barreto, 1956).

A epígrafe acima é retirada dos *Diários Íntimos*, de Lima Barreto, retratando as intenções iniciais do projeto intelectual do ainda jovem escritor. Este texto, em alguma medida, busca dar andamento a tal empreitada. Isso inclui, em um sentido mais amplo, pensar a recepção dessas palavras e da obra de Lima pela intelectualidade brasileira. Em qual lugar ele se enquadra na “história da literatura brasileira”? Em vida, produziu romances, sátiras, crônicas e obteve pouco reconhecimento, por vezes abandonado à indiferença, o que considerava pior que a rejeição. Embora tenha obtido notável repercussão após sua morte, sendo ainda hoje lembrado, em vida foi pouco percebido.

Afonso Henriques<sup>1</sup> observou a continuidade da subjugação sofrida pelos negros entre os períodos anteriores e posteriores à abolição de 1888. Recorda do dia da abolição, em dia 13 de maio de 1888, data de seu aniversário de 7 anos, com carinho, “A lei da abolição vai passar em dia dos seus anos” (Barreto, 1956, p. 255), lhe disse seu pai, que o levou para acompanhar as solenidades públicas. Lembra-se da empolgação de seus colegas de classe com a ideia de “liberdade”, “Vou dizer ao papai que não quero voltar mais ao colégio. Não somos todos livres?” (Barreto, 1956, p. 257). O decorrer de sua vida, entretanto, o mostrou jus-

---

<sup>1</sup> Homônimo do primeiro rei de Portugal, acaso que causava comentários como “O fato é que, ao tomar conhecimento do nome bonito do novo colega – Afonso Henriques de Lima Barreto –, um veterano malhumorado fizera para o secretário da Escola, Sousa Ferreira, o seguinte comentário: ‘Vejam só! Um mulato ter a audácia de usar o nome do rei de Portugal’” (Barbosa, 2003. p. 112).

tamente o oposto “Mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!” (Barreto, 1956, p. 257). Seu impulso de escritor deriva em grande parte de sua indignação frente a essa contradição entre um discurso de liberdade da República e sua teia de preceitos, regras e leis.

A República instaurada no Brasil no ano seguinte ao 13 de maio inaugura o paradigma de autonomia nacional. Passamos a ser uma nação conforme os critérios modernos: soberana, definitivamente livre da coroa portuguesa e da escravidão. Perseguiremos neste texto essa contradição entre liberdade, fim da escravidão e a persistência da violência total<sup>II</sup> (ou parcial, na figura do engolfamento) contra os sujeitos racializados.

Essa perspectiva parece repetir a contradição entre um convívio social que parece primar pela democracia e a cotidiana invisibilidade dos mais diversos efeitos do racismo. A aposta deste texto é repetir a questão sobre esse impasse, de modo a aproximar as construções textuais elaboradas por Denise Ferreira da Silva e Lima Barreto.

Para Denise, a inspiração teórica tomada na elaboração do texto nacional deriva da forma como as ciências pós-iluministas apropriam-se da trajetória do discurso moderno para afirmar um “Eu” que seja transparente (europeu) e autônomo, contrapondo-se e produzindo o sujeito racial/genderizado (não europeus sujeitos à violência total) fadados a uma teleologia de desaparecimento. Uma nação que se enquadre no contexto de globalidade que este momento suscita deveria representar-se, nesse sentido, conforme a transparência. O sujeito nacional brasileiro, portanto, foi construído de maneira que possuísse essa transparência, ou seja, capacidade de se autodeterminar, contar a própria história. O sujeito, outrora português, teria que demonstrar a capacidade de se afirmar, mesmo em um país “contaminado” por negros e indígenas.

---

II Momento permanente desde a escravidão no qual as pessoas negras são sistematicamente violentadas, em defesa da propriedade, sem que os sistemas ético, jurídico, econômico e político deflagrem uma crise generalizada.

Surgem aí dois momentos importantes para o caso brasileiro, nos quais a miscigenação e sua relação com o desejo sexual do português: aparecem como relevantes. A autora observa um primeiro momento, após a “independência” e antes da República, no qual a preocupação centrava-se na “qualidade” do povo residente nestas terras, daí o problema da miscigenação. Essa primeira perspectiva afastava a possibilidade do país “vingar”, pois era mais negro e indígena que qualquer outra coisa. No segundo momento, o da República, reflete-se sobre como a miscigenação poderia ser algo positivo em vistas de especificar uma excepcionalidade, uma exotividade, tipicamente brasileira, suprindo aí os critérios globais e eurocêntricos de formação nacional.<sup>III</sup> Seria essa exaltação que constituiria a formatação da nação erigida pela República.

A partir dos comentários de Denise sobre escritos de Dom Pedro II, assim como sobre a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, veremos como esse discurso da miscigenação pode, a partir de um texto que atende as demandas das ciências sociais pósiluministas de criação de um povo autodeterminado, ser positivo para a afirmação do Brasil<sup>4</sup>. Constrói-se uma teleologia na qual o sujeito nacional brasileiro poderia, com o passar das gerações, adequar-se aos parâmetros europeus de *transparência* – elaboração decisiva na construção do *Homo Modernus*. A partir do desejo sexual do português *especialista*, poderíamos afirmar esse autêntico sujeito patriota, ao passo que produziu-se a posição do sujeito subalterno, delimitando um espaço social no qual os negros e indígenas estão, naturalmente, fadados ao desaparecimento enquanto a mulher negra é forjada enquanto ferramenta de produção e objeto de desejo desse sujeito patriarcal.

Os três últimos parágrafos nos indicam os momentos da reflexão de Ferreira da Silva que gostaríamos de repetir junto a Lima: uma crítica da afirmação violenta dos sujeitos da transparência e seu efeito produtor do racismo; a deflagração da continuidade da violência existente no período da escravidão nos termos do nacionalismo republicano; e, por fim, a relação desse nacionalismo com uma idealização sobre a figura

---

III Construiu-se “o sujeito transparente levemente bronzeado” (Da Silva, 2022, p. 407), um dos nomes oferecidos por Denise Ferreira da Silva na obra em questão.

do português, que em seu impulso sexual excepcional é capaz construir uma nação tropical enquanto produz a subalternidade dos racializados, em especial da mulher negra. Serão revisitados alguns momentos da produção literária de Lima Barreto que nos indicam reflexões nesses sentidos.

Por fim faremos observações sobre o prefácio escrito por Gilberto Freyre aos Diários Íntimos de Lima Barreto, publicados em 1956, de modo a termos um espelho sobre como Lima é recebido pelo cânone do pensamento nacional, assim como veremos como os aspectos criticados por Ferreira da Silva repetem-se nos comentários de Freyre sobre<sup>IV</sup> a obra do Lima. Entende-se que há uma continuidade entre a linha argumentativa seguida por Freyre nesse prefácio e o arranjo conceitual de *Casa Grande e Senzala* sobre a teleologia fundante do sujeito nacional brasileiro.

## Denise Ferreira da Silva: *Homo Modernus* e a Democracia Tropical

### *Universalidade e historicidade*

A obra que tomamos como ponto de partida, “Homo Modernus”, divide-se em três momentos: *Homo Historicus*, *Homo Scientificus* e *Homo Modernus*, sucessivamente. No primeiro momento a autora nos apresenta o dilema filosófico que informa o texto moderno até sua formulação decisiva no iluminismo, o qual indica a separação entre interioridade e exterioridade. Desta perspectiva entende-se que a modernidade buscou, em seus diversos momentos que decorrem na história, resguardar a interioridade, em sua intimidade com a razão, frente a exterioridade. Enquanto a exterioridade é vista como afetável, ou seja, passível

---

IV A leitura de Freyre não foi a única forma de elaborar a “democracia racial”, mas é um exemplo apropriado para este recorte.

de ser modificada e disposta, conforme a técnica ou a lei aplicada, a interioridade se resguarda dessa possibilidade de afetação por “funcionar” de maneira conforme a razão. O entendimento humano deveria ser capaz de compreender as leis da razão, mas não poderia ser afetado por essas próprias leis face ao problema da autonomia. O interior é autônomo, *transparente*, enquanto o exterior é exposto, *afetável*.

Para tanto, interpreta-se as posições filosóficas de Descartes, Locke, Leibniz, Kant, Herder e Hegel. Kant e Herder, em especial, são lidos como enunciadores da cena da regulação e da representação, respectivamente. Por um lado, a cena da regulação lida com a relação entre interioridade e exterioridade identificando os pressupostos universais do conhecimento, de modo que o conhecimento pode ser autônomo e regulador simultaneamente. A cena da representação, por sua vez, privilegia o desenvolvimento da linguagem e da história (o tempo como fator produtivo, não apenas condição de possibilidade) na evolução e aperfeiçoamento da capacidade reflexiva. Ambas as perspectivas colocam a primazia da reflexão na interioridade, mas Kant considera que esta segue critérios universais, desde o aparato transcendental, enquanto Herder alia a razão à linguagem, de modo que as tradições e a história passam a ser relevantes ontoepistemologicamente:

[...] na reformulação kantiana da cena da regulação, que se dá quando Kant localiza as condições de possibilidade para o conhecimento científico no Entendimento, e na reformulação de Herder da cena da representação, que se dá quando ele postula que na reflexão e na linguagem residem as condições de possibilidade para a unidade moral. Nesse momento da filosofia moderna, eu localizo a montagem inicial do palco da interioridade, no qual os temas do Transcendental e do Histórico consolidam a universalidade e a historicidade como os descritores ontoepistemológicos privilegiadas (Da Silva, 2022. p. 127)

A perspectiva aberta por esses dois descritores ontoepistemológicos, regulação e representação, baliza os pressupostos das ciências pós-ilu-

ministas. Nessas a escrita da mente é vista como *efeito* da determinação exterior, a qual a mente europeia, que tanto para as ciências naturais (Darwin e Curvier), quanto para as ciências sociais (Boas e Radcliffe-Brown) é privilegiada, especialmente em virtude do cultivo da interioridade. Há nessas ciências, conforme enunciados analisados na obra pela autora, uma espécie de história natural que atinge seu ápice em solo europeu.

É nessa esteira que os enunciados nacionais, europeus e não-europeus, buscaram constituir-se. Sob essa perspectiva pode-se considerar que a subjugação das pessoas racializadas seja vista como efeito de condições históricas, sociais, econômicas, muito embora a violência seja eticamente repudiada entre as relações privadas modernas. Os critérios, tanto os científicos para raça como os antropológicos de povos, baseiam-se nessa capacidade anterior de uma interioridade privilegiada que é capaz, em virtude de seu esclarecimento e de sua cultura, possuir os recursos racionais para a categorização de grupos sociais. Ao criarem essas categorias, estabelecem o funcionamento das “mentes primitivas” de modo que a subjugação colonial é naturalizada como parte de suas histórias. As pessoas racializadas passam a ser causa e consequência da própria subjugação. Em larga escala, residem aqui os pressupostos que Gilberto Freyre julgava possuir para desenhar um sujeito nacional patriarcal, que se afirma ao passo que extermina as mentes instáveis e deficitárias dos não-europeus residentes no Brasil.

### ***O texto nacional e o dilema da miscigenação***

Dada a primazia dos descritores ontoepistemológicos da modernidade, universalidade e historicidade, as ciências sociais pós-iluministas buscaram oferecer aporte teórico para a construção das diversas nações do mundo globalizado. Essa afirmação possuiu nuances distintas entres os diversos países. Em cada região do globo os novos Estados-nacionais deveriam lidar com suas populações racializadas de maneira que elas não impedissem a afirmação dos pressupostos europeus de conhecimento e história. Especialmente no Brasil a questão da miscigenação surgiu como decisiva, ocupando boa parte do debate da época.



Encara-se o texto de Freyre como produto da concepção de ciência pós-iluminista, tendo em vista sua demanda por expor uma narrativa histórico/cultural na qual a nação pudesse se afirmar. A construção de um sujeito nacional deveria ser capaz de validar-se segundo os critérios modernos universais e históricos, ambos condicionadas ao ambiente da *transparência*. Como lidar com a miscigenação nesse contexto? No primeiro momento, pré República/abolição, a miscigenação era vista como intrinsecamente negativa, a qual ameaçava a própria capacidade de afirmação nacional, a autora comenta:

[...] argumentos de pensadores europeus que afirmavam a impossibilidade de as populações preta e mestiça da nação atualizarem os princípios, isto é, a autodeterminação e a universalidade, cujo surgimento situa a poesis transcendental dentro das fronteiras da Europa pós-iluminista” (Da Silva, 2022, p. 395).

Essa posição teórica, sob as vistas de Dom Pedro II, parece ter sido contrastada com a sua observação, quando comenta em seu diário: “Esqueci-me de dizer que não encontrei tantas faces escuras quanto esperava e que a Guarda Nacional não é tão negra; porém, sempre vê-se pelas janelas, os turbantes de 3 ou 4 mulheres negras de mina” (Da Silva, 2022, p. 393). A linha argumentativa caminha entre a impossibilidade de afirmação nacional, em virtude da presença de populações preta e mestiça ou a esperança em uma elite administrativa que talvez não seja “tão negra”.

As ciências sociais que se desenvolveram após esse período, no momento histórico que circunda a fundação da República, entretanto, passaram a ressignificar esse fenômeno, legando aos não portugueses do Brasil uma contribuição histórica apenas enquanto “enfeites”, base para nossa excentricidade. Recolhida apenas através de fragmentos, a “cultura negra e indígena” foi incorporada ao discurso nacional em busca de criar as condições para a transparência de nosso povo não europeu, “Afinal, como a nação é uma coisa (interior/temporal) *histórica*, a escrita de sua particularidade exigiu a especificação da sua ‘diferença intrínseca’” (Da Silva, 2022, p. 402).

A miscigenação conseguiria atribuir ao “jeitinho”, ao bronzamento, nossa “diferença intrínseca”. Reconfigura a “história da escravidão” no Brasil, que passa a ser vista como uma “fatalidade” imposta pela colonização, o que ocasionou um país com uma quantidade “exagerada” de pessoas não europeias despejadas por este território.

Segundo essa narrativa, reside justamente nessa peculiaridade a possibilidade de afirmar a especificidade que garantiria a construção de um sujeito moderno tropical, que incluía em seu seio a ameaça desses povos incapazes de significar conforme os ditames da transparência

[...] a miscigenação [...] produziu um sujeito moderno que incorporava a perigosa encruzilhada onde as estratégias coloniais de poder/desejo, cuja mobilização contribuiu para o “progresso” europeu, ameaçavam a transparência do ser essencialmente autodeterminado, como os filósofos europeus haviam-no escrito” (Da Silva, 2022, p. 396).

Essa perigosa encruzilhada cotidianamente toma os caminhos da resistência, justamente na ameaça a transparência. Essa ameaça, entretanto, é afastada, também cotidianamente, através de dois tipos de violência, a total e a parcial, através do engolfamento ou do extermínio. Quando a miscigenação é vista como positiva, pois nos atribui uma diferença específica, opera aí uma estratégia de engolfamento, pois mantém as pessoas “vivas”, embora submersas no império da interioridade. Quando não engolfados, os sujeitos subalternos também estão expostos ao extermínio, maneira menos complexa de lidar com as “minorias” indesejadas, contra a pátria:

[...] a significação científica mobilizou o racial para produzir sujeitos modernos que surgem na exterioridade/ afetabilidade e que existem entre dois momentos de violência: (a) *engolfamento*, isto é, “negação parcial”, o ato violento produtivo de nomear, a apropriação simbólica que os produz, inaugurando uma *relação* exatamente porque, no regime de representação que a interioridade governa, a significação científica institui

sujeitos insuprassumíveis e irreduzíveis, e (b) *assassínio*, aniquilação total, o momento que oblitera a relação necessária, mas assombrosa, entre o Eu instituído pelo desejo pela transparência (autodeterminação) e os afetáveis (que a catalogação científica das mentes institui), os “outros da Europa” sempre-já em desaparecimento” (Da Silva, 2022, p. 113).

### **Sujeito subalterno racial / genderizado**

Em *Casa Grande e Senzala* temos uma narrativa sobre como esse sujeito se constitui. Para esse autor, havia uma aptidão natural dos portugueses à miscigenação “Tal aptidão existia porque o português, graças ao seu ‘passado étnico, ou melhor, cultural’ é um ‘povo indeterminado’ entre Europa e a África, responsável por ter produzido a civilização tropical” (Da Silva, 2022, p. 423). O homem português possuiria uma especial inclinação à intimidade sexual com as negras, as quais seriam importantes para primeiras experiências sexuais, por exemplo, mas são comparadas a bananeiras, as melancias, em termos de influência dentro da teleologia de construção do sujeito nacional:

Para Freyre, somente o corpo da escravizada podia ser considerado uma contribuição relevante. No enunciado que escreve a miscigenação como significante teleológico, o poder produtivo, a “força interior”, pertence ao sujeito português, pois sua “inclinação” à intimidade sexual produz o sujeito brasileiro ligeiramente bronzeado (Da Silva, 2022, p. 426).

A mulher negra, nesse sentido, resta exposta ao que Denise apresenta como uma cena de dupla afetabilidade, na qual, além da violência imposta aos negros, racializados pela escravidão/colonização, lhe é destituída de significantes básicos de dignidade como o amor, a paixão e o consentimento, “[...] é comparada a uma bananeira, um objeto a ser engolfado, uma coisa exterior cuja apropriação era necessária para a atualização do desejo de um homem, exatamente o que o português precisava para libertar o desejo incontrolado que marcava seu poder

produtivo singular” (Da Silva, 2022, p. 428). Enquanto o homem negro está exposto diretamente ao extermínio, pois sua contribuição “cultural” para a nação que virá já está estilhaçada, pronta para assimilação, a mulher negra entra na equação enquanto um corpo produtivo, necessário para a produção e afirmação do sujeito nacional patriarcal, sendo a vítima mais direta do desejo português.

É dentro dupla afetabilidade, diante do sujeito patriarcal, que surge o sujeito subalterno racial/genderizado brasileiro. Ferreira da Silva identifica, portanto, diante do texto de Freyre essas duas faces da sujeição dentro texto nacional: o sujeito patriarcal, homem, histórico e português, de uma sexualidade luxuriosa; e o sujeito subalterno racial/genderizado que aponta para afetabilidade da condição racial associada ao gênero<sup>V</sup>.

## **Lima Barreto: uma obra sobre a influência da escravidão negra na nacionalidade brasileira**

### ***Lima Barreto e o racismo: entre o universal e o histórico***

Um dos aspectos que a proposta da epígrafe nos faz ver é o evidente racismo que perpassa a história do Brasil. Parte-se de uma denúncia, “contar a história da escravidão negra no Brasil” e busca perturbar o cânone “e sua influência na nossa nacionalidade”. Nos aprofundaremos mais sobre isso no próximo tópico. Em conexão com o primeiro ponto deste texto, verificaremos agora como os pilares ontoepistêmicos da modernidade, universalidade e historicidade, também foram objetos da crítica de Lima Barreto, acusando seu aspecto racista para além das aparências de cientificidade.

---

V Para uma abordagem mais detida sobre o tema do desejo na construção do sujeito patriarcal brasileiro ver “À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo.” (Da Silva, 2006).

Na crônica *Considerações Oportunas*, de 1919, Lima aponta para a relação entre o uso da ciência e as práticas racistas. A temática do texto busca dar resposta aos linchamentos, “execuções sumárias e cruelíssimas de negros, em duas grandes cidades dos Estados Unidos.”, que cresciam no início do século XX nos Estados Unidos. Em seus primeiros passos argumentativos, Barreto aponta:

Nós estamos na época da brutalidade e da violência. Parece que todas as grandes aquisições científicas da humanidade foram entregues, sob a forma de instrumentos de guerra, a papuas ou carijós, que dominam o mundo. O destino da ciência, transformada em arma de guerra, foi nos embrutecer até ao mais último grau (Barreto, 1919, n.p.).

Esta linha argumentativa leva a pensar de maneira mais direta a relação entre ciência e guerra, entretanto os próximos passos não nos mostram armas de fogo, mísseis ou maquinários militares dessa espécie, mas sim uma crítica as ciências letradas. A violência direta, em seu ver, embora operacionalizada pelas armas de guerra, parte de uma transposição de uma ideal de raça das ciências para uma prática social. Retoma a ideia que “É no momento em que esta filosofia de raças é banida do gabinete do sábio que vemos a ideia vir para a rua”:

Os senhores que se têm entregue a esses estudos de antropologia, etnografia ou que outros nomes tenham, se esquecem muito de que um grande naturalista, creio que Lineu, disse: “a natureza não tem raças nem espécies; ela só tem indivíduos” (Barreto, 1919, n.p.).

Lembremos a crítica feita por Denise, sobre a antropologia especialmente, sobre o problema de categorizar povos ou raças a partir de um arcabouço conceitual pós-iluministas. Citando Lineu, botânico do século XVIII, curiosamente detentor da alcunha de “pai da taxonomia moderna”, faz um apelo contra qualquer tipo de especismo, relevando as singularidades. Para o autor “Em matéria de raças, fazendo delas entidades concretas fora de nós, acabamos, se o fizermos, em erro tão

lamentável como o geômetra que afirmasse haver na natureza esfera, cicloide, cilindro, linha, ponto etc.” (Barreto, 1919).

Gabriel Chagas nos mostra como essa leitura de Lima estava alinhada ao seu período histórico. O problema da eugenia, que passa a ser mais alarmante em contexto internacional a partir do holocausto promovido pelo nazismo, já se movimentava no cenário intelectual nacional, movimento que Lima, em alguma medida, até antecipa, tendo em vista seu referencial que ampliava-se à produção estrangeira. Como vimos, o texto comenta um cenário dos Estados Unidos, e o critica a partir de autores presentes no debate Francês da época:

“Considerações oportunas”, publicado em agosto de 1919, apenas um ano depois da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, pelo médico Renato Kehl. Na mesma crônica, faz elogios ao “mestre Finot”, em alusão ao intelectual francês Jean Finot, o qual havia publicado *Le préjugé des races* (O preconceito racial) em 1905. Nessa obra, Finot se opõe às teorias racistas de seu tempo, apontando algumas incoerências da eugenia (Chagas, 2023, p. 103).

Percebe-se, portanto, que Lima Barreto não apenas estava atento as relações entre os pressupostos científicos e o racismo, como também observava a constância da experiência racista em um cenário internacional. Muito embora sua crítica não interaja tão diretamente com os textos filosóficos que Denise enuncia como basilares do pensamento moderno, podemos observar uma aproximação, em linhas gerais, da perspectiva de ambos. Além da crítica específica a antropologia e as categorizações de raças veremos mais adiante como esses pressupostos atingiam inclusive a produção literária, o que foi uma barreira para a própria recepção dos textos do autor.

### ***Lima Barreto e a República do Brasil***

Afonso Henriques de Lima Barreto, ao longo de sua trajetória literária, promoveu diversas tentativas de dar diferentes configurações ao projeto

que lemos na epígrafe. Essa ambição perpassa temáticas que ainda carecem de análise mais detida. É possível contar uma *história da escravidão negra*? Em que termos isso se torna viável sem que recorramos a uma empreitada intelectual que toma a subjugação do não-europeu como natural, como um *datum*? A permissão que os negros e indígenas possuem é capaz de ultrapassar os termos de minoria social? Essa suspeita enfatiza-se na especificidade da pergunta, que coloca a possibilidade de contar uma história da escravidão negra *no Brasil*. É possível contar qualquer história brasileira sem que o negro não seja “naturalmente” alguém que foi escravo? Essas perguntas são instigadas justamente pela visão de que, enquanto tentamos construir uma nação tipicamente brasileira (a República, ainda atual), persistimos em expor os negros à violência total.

Vimos com Ferreira da Silva que a mestiçagem passou a ser apreciada como uma qualidade a partir do momento que se atrelou a possibilidade de instaurar uma diferença intrínseca ao povo brasileiro. Prossigo esse debate com a seguinte questão: pode haver algo que é exclusivo, distintivo de uma nação específica? Na sátira “Nacionalização de Tabuletas”, Lima faz uma simples sequência de reflexões que colocam em aporia uma resposta óbvia para esse tema. O enredo é tecido como um diálogo com alguém letrado na área linguística: “Tive a honra de conversar com um respeitável cidadão que se dá ao estudo do português, nas suas transcendentais questões de vernaculismo, galicismos e barbarismos em geral” (Barreto, 2016, p. 211). O estudioso mostra, através de algumas contraposições, que, sempre que acreditamos alcançar algo tipicamente local, incluindo decisões políticas/administrativas que caminham reivindicando um purismo nacional, recaímos em alguma exceção significativa. Consta, por fim:

Não tenho tempo para fornecer exemplos de que todos nós, nessa história de linguagem, somos tão nacionalistas como o comerciante que põe, na fachada de suas casas de negócio, este título que nada diz com o fito das suas mercadorias: À la Vile de Brest, quando o que ele vende são fazendas e artigos de armarinhos (Barreto, 2016, p. 212).

Essa espécie de essencialismo nacional, além de tropeçar em sua própria impossibilidade, não parece útil para a própria finalidade de construir uma nação: “Porque você queria que a ‘Notre Dame’, por exemplo, fosse chamada ‘Nossa Senhora de Paris’? Adiantava isso muito para a nacionalização do Brasil?” (Barreto, 2016, p. 212).

Dentro da obra de Lima esse aspecto foi elaborado com maior desdobramento em “Triste fim de Policarpo Quaresma”. Neste livro lemos um personagem que acreditava possuir, de uma maneira especialmente íntima, o sentimento nacional. Essa sensação transbordava ao ponto de querer desenhar um projeto que fizesse com que o povo vivesse de acordo com seu devido sentido. Em fortuna de tantas riquezas, o Brasil deveria encaminhar-se, se bem entendido consigo mesmo, para se tornar uma das nações mais prósperas do mundo.

A empreitada segue o curso de três grandes frustrações:

a. inicialmente acredita na fundação estética da nação. Através da implementação da “modinha” acompanhada do violão como canção tipicamente brasileira e da transição de língua oficial, do português para o tupi-guarani, acreditava dar passos para a nacionalização do Brasil. A canção popular foi frustrada, pois não conseguiam recolher as canções populares, nem por meio de estudiosos, tampouco em consulta direta a uma mulher negra, Maria Rita, que não recordava as músicas ancestrais de seu povo. A língua oficial como o tupi-guarani foi considerada uma ideia de louco, fazendo-o ter que se isolar em um local longínquo, o “Sítio do Sossego”;

b. Nesse sítio iniciou o projeto da terra. Sendo as terras nacionais as mais prósperas do mundo, o Brasil deveria vingar através de sua produção agrícola. Tentando cultivar o próprio solo, Policarpo foi frustrado pelas formigas e pelos impostos abusivos cobrados pelo governo aos produtores. A realidade o mostrou que para trabalhar na produção deveria investir em maquinário estrangeiro e estar adimplente com o fisco;



c. Sentindo-se “boicotado” pelos tributos e multas imputados a ele, Quaresma acredita que o projeto nacional só seria possível junto a um grande líder, que incorporasse o espírito da nação e comandasse o governo. Aposta em Floriano Peixoto como esse mito e então encontra seu triste fim. A Revolta da Armada, enfrentamento que era visto como uma guerra pela nação, mostrou-se como uma mera afirmação pessoal de Floriano Peixoto e a manutenção dos controladores do Estado. De frente com a violência absoluta personificada no líder do governo, violência que funda a própria República, Policarpo é morto por suas críticas à violência empregada.

Observamos a partir desses textos que, para Lima Barreto, parecia incongruente a tentativa de afirmar uma nação que se atende a critérios de pureza, de *transparência*. O discurso que busca afirmar essa pátria amada produz no cotidiano violência contra todos que ameacem a manutenção de seu poder.

### ***As mulheres negras e a violência da República***

Esta abordagem tentará compreender como Barreto via um vínculo entre o desejo patriarcal e a criação do sujeito nacional, de modo que o nacionalismo propagado perpassava por uma cena de violência contra as mulheres. Perspicaz sobre como as narrativas históricas são construídas, como um passado imemorial pode ser, muitas vezes, uma construção atual, ou sobre como alguns discursos passados são reapropriados no futuro, Lima Barreto inicia uma de suas crônicas da seguinte forma:

A fim de poupar ao historiador futuro o trabalho de procurar a origem do atual nacionalismo, vou com toda a isenção de ânimo dar aqui o meu depoimento pessoal do que sei a respeito. Assisti a tudo que se segue e ouvi tudo o que aqui relato (Barreto, 2016, p. 202).

Lima assina esta sátira dispensando seus pseudônimos e publicando-a no ano de 1920. O enredo desenvolve-se em torno de alguns rapazes,

sempre acompanhados de paletó e pulseirinhas, frequentadores do Clube de Engenharia. Conversavam por ali, apesar de em geral não sabermos muito o que dizem, devido a “parca atividade... verbal deles”. Esses jovens interessam-se por uma jovem que passa. O interesse é alternado entre a sua beleza e as posses de sua família:

Porque desejava muito dançar com ela.  
Dançar só?  
Sim... dançar.  
Com ela ou com os quinhentos contos?  
Com ambos (Barreto, 2016, p. 202).

Os rapazes consideram difícil abordar a jovem, em função de sua elevada posição social. Logo em seguida a história dobra-se de uma maneira inusitada. Passa por eles, no exato momento da conversa, o cortejo presidencial, “[...] todos ficam embasbacados com o poder sobrenatural que o automóvel da dianteira levava”. Dessa forma, decidem buscar filiação a uma perspectiva que parecia, dada as condições da narrativa, algo bastante atraente para a elite carioca da época: fundar o “Centro Nacionalista”. Dessa forma, conseguiriam ao menos forjar uma posição social na qual permitiram convidar o pai e a família da jovem para uma festa, termos nos quais conseguiriam trânsito com o futuro sogro, assim como permitiria ao inventor da ideia meter “medo ao alfaiate a quem estou devendo um terno”.

Na obra “Um especialista” o literato desenvolve um enredo que permite um paralelo mais próximo aos comentários de Ferreira da Silva sobre a obra de Gilberto Freyre, em especial na dupla afetabilidade do sujeito racial / genderizado. Conta-se sobre uma dupla de amigos, dois portugueses, dois “conquistadores”, especialistas! – “Em geral, eram as conquistas amorosas o tema da palestra; mas, às vezes, incidentalmente, travam dos negócios [...] Amor e dinheiro, eles juntavam bem e sabiamente” (Barreto, 2010, p. 89). Um deles era comendador, casado, deixava sua mulher em seu casarão no Engenho Velho e cultivava o insólito interesse por “mulatas”, “– A mulata, dizia ele, é a canela, é o cravo, é a pimenta; é, enfim, a especiaria de requeime acre e capitoso que nós,

os portugueses, desde Vasco da Gama, andamos a buscar, procurar.” (Barreto, 2010, p. 89).

Seu faro fino o leva a uma “mulata” que o deslumbrou, um “achado”, chamava-se Alice. Após um sumiço de semanas do comendador, seu amigo o encontra com Alice. Passam, portanto, a conversar. Alice lembra de sua terra natal, Recife, coincidência, pois o comendador também havia morado por lá. Lembrando de sua mãe, ainda residente no Pernambuco, revela sua mágoa por seu pai e aos homens de maneira geral:

Até hoje só tenho conhecido três homens que me dessem alguma coisa; os outros Deus me livre deles! - só querem meu corpo e meu trabalho. Nada me davam, espancavam-me, maltratavam-me. Uma vez, quando vivia com um sargento do Regimento de Polícia, ele chegou em casa embriagado, tendo jogado e perdido tudo, queria obrigar-me a lhe dar trinta mil-réis [...] Bem me dizia minha mãe: toma cuidado, minha filha, toma cuidado. Esses homens só querem nosso corpo por segundos, depois vão-se e nos deixam um filho nos quartos, quando não nos roubam como fez teu pai comigo... (Barreto, 2010, p. 94).

Adiantando alguns passos, ao final da história, descobrimos que Alice é a filha do comendador. “- Meu Deus! É minha filha!” (Barreto, 2010, p. 97), diz o comendador após algumas perguntas de confirmação. A especiaria, o objeto de interesse do especialista, neste momento, é capaz de revelar, pôr de pé, diante dele, a violência perpetrada pelo especialista, “Tal como a descoberta de Édipo, que fere irremediavelmente os próprios olhos ao descobrir seu crime, o comendador se vê diante de uma inominável violação” (Chagas, 2022, p. 92).

A posição das mulheres e o anseio patriótico de Policarpo são apresentadas em paralelo no *Triste Fim*, as personagens femininas não chegam a ser capazes de interferir no destino da trama, embora elas estejam insistentemente persentes ao longo de toda a obra. Mas se *Triste fim de Policarpo Quaresma* talvez ainda não fosse sua resposta definitiva sobre a questão nacional, sabemos que houve ao menos mais uma tentativa

de fazê-lo: Clara dos Anjos. Nesta obra, em vez de enfatizar um herói nacionalista, o foco está em uma moça negra, constantemente iludida por homens brancos. Sua vida passa a ser estigmatizada para cumprir uma posição necessária ao sujeito patriarcal, a face de racialidade que o discurso dominante finge desconhecer, ocultando sua relevância para a estruturação das práticas oficiais. Retomemos um breve resumo da obra feito por Francisco de Assis Barbosa, assim como um esboço do próprio Lima sobre o que pretendia com ela:

A ação começaria antes da Abolição, para terminar em pleno regime republicano, por volta de 1904 ou 1905. A história de Clara dos Anjos seria, contudo, a mesma do conto e depois novela: a mulatinha que se deixa perder por um rapaz de condição superior à sua, o qual se recusava ao casamento, para consertar o malfeito. No romance, porém, Clara não sucumbe ao primeiro malogro. Reage contra a vida. Novos amantes aparecem, inclusive um português, futuro visconde, que lhe dá uma filha de 50 contos de réis, desaparecendo depois. A vida continua. E Clara dos Anjos acaba se casando, por amor, com um jogador. Vão-se os 50 contos. O marido morre. A viúva, de novo pobre, junta-se a um pedreiro. É quando a filha repete o mau passo da mãe, fugindo de casa com um cabo de polícia, prostituindo-se em seguida, para morrer na Santa Casa de Misericórdia, como indigente. O pedreiro já velho não pode mais trabalhar. Clara dos Anjos – diz por fim o roteiro – “lava e engoma para sustentá-lo, e no terreiro da estalagem em que moram ela canta uma trova qualquer em um belo dia de sol” (Barbosa, 2003, p. 164).

Em algumas notas legadas por Lima, podemos ver como o autor tentou fazer coincidir as datas relevantes para a biografia da protagonista Clara dos Anjos com datas cívicas do país, como a abolição da escravidão e o início da República.

Clara.  
Nasceu 1868.

Morte do pai 1887.  
Deflorada 1888 (12 ou 13 de maio)  
Dá à luz 1889  
Deixada 1892  
Casada 1894  
Viúva 1899  
Amigada de novo 1900 (Barbosa, 2003, p. 165)<sup>VI</sup>

A tentativa de defesa das mulheres promovida pela escrita de Lima Barreto não se restringiu aos textos literários, tendo sido bastante direto a esse respeito em posicionamentos públicos (embora não aborde diretamente as mulheres negras nesses posicionamentos). Talvez seu principal engajamento nesse sentido tenha sido por criticar o feminismo de sua época, por privilegiar acesso a cargos públicos, por exemplo (questão certamente importante, mas negligenciada por Lima), enquanto a própria legislação ainda autorizava o crime passional de violência contra a mulher em casos de “desonra” ao marido: em um cenário onde o divórcio também era restringido pela lei:

O autor esclarece que atitude tão violenta por parte dos homens em relação às mulheres reside na ideia de que eles se sentem donos, proprietários das mulheres com as quais se relacionam. Assim, não admitem ser preteridos [...] Lima Barreto denuncia esse procedimento masculino e defende a mulher dizendo que elas são, “como todos nós, sujeitas às influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores” (Vida urbana, p. 84) [...] “Deixem as mulheres amar à vontade / Não as matem, pelo amor de Deus!” (Vasconcelos, 1992, p. 261).

### **Um exemplo**

Francisco de Assis Barbosa foi uma importante figura na recepção da obra de Lima Barreto. É dele a redação da biografia que mais utilizo para este texto. Editou diversas obras póstumas inéditas de Lima. Exal-

---

VI Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1428167/mss1428167.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428167/mss1428167.pdf).

tou-o em seu discurso de posse na academia brasileira de letras, curiosamente ocorrida no dia 13 de maio de 1971, data na qual Barreto faria 90 anos. Para a edição dos Diários Íntimos de 1956, convidou Gilberto Freyre para prefaciar a obra. O trabalho feito por Francisco de Assis Barbosa foi de grande relevância para que Barreto hoje seja visto como parte da história da literatura nacional. Mas em que termos? Relatarei brevemente o conteúdo desse prefácio com vistas a destacar o modo como as ciências sócias pós-iluministas privilegiam a *transparência*, tal como Denise Ferreira da Silva propõe, e lançam o não-transparente, o *afetável* ao destino da desapareição.

Recordando o convite, Freyre oferece nas linhas iniciais algum tipo de exaltação ao romancista: “[...] pede-me algumas palavras de introdução para o Diário Íntimo deixado por esse *homem do trópico com alguma coisa de russo dos gelos* em sua vocação de escritor de romances ao mesmo tempo sociais e introspectivos” (Freyre, 1956, p. 9, grifo nosso). Já de início, para destacar a relevância de Lima, compara-o ao estilo russo, talvez acreditando que isso lhe garante pressupostos de verdadeira arte. Mas que pressupostos são esses?

Esses pressupostos referem-se justamente a construção do *Homo Modernus*, em seu caráter histórico e científico, enquanto aquele que é capaz de alcançar, ao mesmo tempo, a compreensão das leis universais que regulam a existência material e é capaz de se autodeterminar através de uma história própria que demonstre a evolução da mente primitiva até o momento ilustrado.

Voltemos ao prefácio. Já citei o elogio inicial deferido por Freyre para Lima, um homem dos trópicos com algo de russo dos gelos. Deste ponto em diante, os comentários podem soar, em verdade, mais próximos de críticas severas. Em seguida passa a discutir justamente o mesmo trecho citado aqui em epígrafe, sobre o anseio de escrever uma história da escravidão negra no Brasil. Afirma que ele “não realizou, de modo específico, seu sonho de obra prima [...]” (Freyre, 1956, p. 10), muito embora reconheça: “[...] à base do seu diário, que a ideia de um livro que fosse uma constituição do Brasil patriarcal e escravocrático, foi qua-

se ideia fixa em Lima Barreto” (Freyre, 1956, p. 12). O autor de *Casa Grande e Senzala* justifica:

[...] talvez lhe faltasse sistema de estudo ou critério de pesquisa que lhe permitisse elaborar um livro tão difícil e complexo [...] certas são as palavras do inglês Whitehead sobre as relações da imaginação criadora com o conhecimento sistemático dos fatos: “*Fools act on imagination without knowledge; pedants act on knowledge without imagination*” [...] A Lima Barreto faltou formação universitária ou seu justo equivalente: o conhecimento que reuniu sobre os assuntos de sua predileção vê-se pelo seu diário íntimo que foi um saber desordenado e como ele próprio boêmio (Freyre, 1956, p. 11).

Pode-se presumir desse trecho destacado, portanto, que Lima estaria mais para um “tolo” (*fool*) que imagina sem conhecimento do que para um pedante (*pedant*) que sabe sem imaginar. Talvez isso seja um elogio, dado o pedantismo intelectual, mas certamente não indica que Lima Barreto estivesse apto a constituir a forma de conhecimento necessária para um grande autor. Possuía apenas o que os ingleses chamariam de “*imaginative grasp*”, o que “não basta para que um historiador realize obra de reconstrução imaginativa que precise de basear-se, como ensaio histórico, sobre o conhecimento dos fatos” (Freyre, 1956, p. 11). Essas observações não diferem muito de críticas que Barreto recebeu ainda em vida, como, por exemplo, esta de José Veríssimo:

Há nele, porém, um defeito grave, julgo-o menos, e para o qual chamo a sua atenção, o seu excessivo personalismo. É pessoalíssimo, e, o que é pior, sente-se demais que o é. Perdoe-me o pedantismo, mas a arte, a arte que o senhor tem capacidade para fazer, é representação, é síntese, e, mesmo realista, idealização (Barbosa, 2002, p. 199).

Na leitura de Freyre, a falta de “ordenação” (transparência?) de seu pensamento, que também é um defeito moral: “como ele próprio boêmio”. O autor afirma que se tivesse ele solucionado essas questões, poderia ter exercido mais peso dentro do cânone de autores nacionais. Caso

houvesse mais esforço do autor em alcançar os parâmetros de transparência da cientificidade da época (tornando-se “socialmente branco”), aplicando-os em sua obra, que já possuía notável perspicácia em sua observação social, poderia ter solucionado também seu sentimento de invisibilidade social: “Sob o calor do prestígio intelectual, compensador de deficiências de prestígio social, é possível que seu desajustamento tivesse sido atenuado, adoçado, talvez contido; e não chegado, como chegou, a extremos às vezes trágicos” (Freyre, 1956, p. 16). Compara-o, por exemplo, a proeza feita por Machado de Assis:

Por todo o diário íntimo de um Lima Barreto reponta com frequência a insatisfação de saber-se esse homem de sensibilidade quase de moça, descendente de escravo e de negro africano, sem que essa insatisfação fosse nele compensada – como parece ter sido compensada em Machado de Assis: um Machado de Assis que chegou a ser no Brasil do seu tempo branco para todos os efeitos – pela convicção de ser “inteligente, muito e muito!”. Ao contrário: sentia-se às vezes Lima Barreto pouco ou nada inteligente. “Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido” julgava que a única coisa capaz de enchê-lo de satisfação seria “ser inteligente muito e muito!”. Seria ter a certeza de possuir inteligência assim excepcional ou mesmo gênio (Freyre, 1956, p. 15).

Essa leitura indica que o racismo não se revela como algo determinante na configuração social brasileira, o defeito estaria mais próximo a questão da exclusão social de uma classe, aquela dos não instruídos a desenvolverem pensamento suficientemente racional.

Para Freyre, o que Lima sofreu não era exatamente racismo, mas “Tratamento cruel, um tanto por culpa sua e outro tanto por culpa do que há ainda de inumano da natureza chamada humana sob o impacto, no Brasil do seu tempo e no de hoje, de preconceitos menos de raça do que de classe (1956, p. 16).



## Conclusão

Talvez *Casa Grande e Senzala* seja a obra a que se refere Gilberto Freyre no seu citado prefácio aos *Diários Íntimos* de Lima Barreto, quando afirma: “[...] verifico que escrevi a meu modo o livro que ele mais desejou escrever” (Freyre, 1956. p. 10). Em sua perspectiva, realizou o que a ausência de instrução de Lima o impediu.

Atitudes intelectuais como a de Freyre, sobre como recepcionar a produção acadêmica “negra”, não por acaso, mantém as instituições político/administrativo, assim como as instâncias de validação intelectual, aprisionadas nos critérios pós-iluministas de representação universal e histórica, os quais não encaram com a devida responsabilidade a questão racial.

Quando pensamos a formação do nacionalismo brasileiro a partir dos textos de Lima Barreto, atentos aos pressupostos da modernidade, tal como Denise Ferreira da Silva nos mostra, fica evidente que não podemos pensar qualquer emancipação do poder colonial através de nosso nacionalismo sem pensarmos nos critérios que constroem as demandas desse desejo nacional. Ao engajarem-se em pensar sobre esse tema, tanto Lima Barreto quanto Ferreira da Silva diagnosticam a forma como a mulher negra é objetificada para atender aos ditames do sujeito patriarcal nacional.

Esse empreendimento parece ser algo central para o projeto político da República. A aposta deste texto vai no sentido de que, para pensar a identidade coletiva nacional para além de um empreendimento intelectual racista, devemos considerar esses termos da violência produtiva republicana.

## REFEPRÊNCIAS

- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto 1881-1922*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Nobel, 2009.
- BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. Organização, introdução, pesquisa e notas de Felipe Botelho Corrêa. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.
- BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás – Artigos e Crônicas*. Prefácio de Jakson de Figueiredo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Diários Íntimos – Memórias*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Comentários Oportunos*. 1919. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/luta-de-lima-Barreto-contr-o-racismo-cientifico/?gad\\_source=1&gclid=Cj0KCQjwiYOxBhC5ARIsAIvdH50paK5Y0aYeSoZhZmXCU7jy\\_aAsDQGBnhrszTTZ0M-G1TMD-1yREh9waArlyEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/luta-de-lima-Barreto-contr-o-racismo-cientifico/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwiYOxBhC5ARIsAIvdH50paK5Y0aYeSoZhZmXCU7jy_aAsDQGBnhrszTTZ0M-G1TMD-1yREh9waArlyEALw_wcB). Acesso em: 18 abril 2024.
- CHAGAS, Gabriel. A modernidade interseccional nos contos de Lima Barreto. *Interdisciplinar*, v. 38, ano XVII, p. 81-94, jul.-dez., 2022. DOI: <https://doi.org/10.47250/intrell.v38i1.p81-94>.
- CHAGAS, Gabriel. Langston Hughes, Lima Barreto e a inalcançável modernidade: a segregação racial nos Estados Unidos e a eugenia no Brasil no início do século XX. *Fólio – Revista de Letras*, v. 14, n. 2, jul.-dez., 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/folio.v14i2.11330>.
- DA SILVA, Denise Ferreira. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 61-83, jan.-abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100005>.
- DA SILVA, Denise Ferreira. *Homo modernus – para uma ideia global de raça*. Tradução de Jess Oliveira e Pedro Daher. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio: O Diário Íntimo de Lima Barreto. In: BARRETO, Lima. *Diários Íntimos – Memórias*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, pp. 9-16.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, [1933] 1987.

VASCONCELLOS, Eliane. Lima Barreto: Misógino ou feminista? Uma leitura de suas crônicas. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, pp. 255-269.

Recebido em 09 de fevereiro de 2024

Aprovado em 23 de maio de 2024

Publicado em 26 de novembro de 2024

